

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL

SILVANA MITTMANN DAMACENO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

MATINHOS 2012

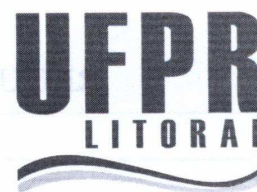
SILVANA MITTMANN DAMACENO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PARCERIA NECESSÁRIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado
para o curso de Especialização Questão Social
na Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral:
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jussara Rezende Araújo

MATINHOS 2012

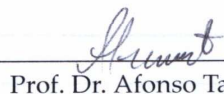


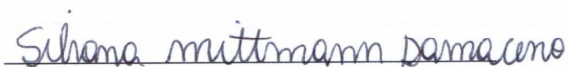
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **JUSSARA REZENDE ARAÚJO**, realizaram em **10/12/2011** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **SILVANA MITTMANN DAMACENO**, sob o título "*Serviço Social na Educação: uma parceria necessária*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 10 de dezembro de 2011.


Prof.^a. Dra. Jussara Rezende Araújo


Prof. Dr. Afonso Takao Murata


Silvana Mittmann Damaceno

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



Serviço Social na Educação: uma parceria necessária

Silvana Mittmann Damaceno¹

Resumo:

O artigo relaciona algumas das expressões da questão social ao campo da Educação e busca evidenciar as possibilidades de intervenção do assistente social frente às demandas sociais elencadas. Desde nossa graduação em Serviço Social, onde nosso estágio curricular foi no âmbito educacional observamos as dificuldades encontradas pela escola para articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar, em meio às problemáticas enfrentadas no cotidiano escolar. Também realizamos um projeto de intervenção e posteriormente em nosso trabalho de conclusão de curso também percebemos a necessidade de identificar as expressões da questão social no âmbito educacional e criar estratégias para enfrentá-las. No presente estudo realizamos um questionário em escolas de Matinhos procurando identificar se nossas constatações do passado ainda estavam atualizadas e propor de que maneira o assistente social pode atuar em escolas públicas a partir do conceito de intersectorialidade.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social e Intersetorialidade

Apresentação

Este artigo tem como objetivo discutir a inserção do assistente social no âmbito da instituição educacional, tendo em vista se tratar de um campo de atuação que, especialmente na modernidade, carece da colaboração deste profissional como responsável pela aproximação e diálogo das questões sociais no ambiente escolar.

A presença do assistente social na área da educação remonta a 1930, portanto, desde a origem do processo sócio histórico constitutivo da profissão. No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético político profissional, que se visualiza, no Brasil, um considerável aumento do serviço social na área da educação.

Para verificar a atualidade de nossas reflexões realizamos uma pesquisa em escolas públicas municipais de Matinhos onde coletamos dados que apontaram problemas de relacionamento dos estudantes pertinentes ao campo do serviço social – e que na falta deste profissional – ficam sem solução – já que não cabe aos professores sua resolução.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Educacional de Medianeira – FACEMED (turma 2008).

O questionário da pesquisa foi fruto de apreensões obtidas durante nossa graduação em Serviço Social, onde nosso estágio curricular foi realizado no campo da educação, na cidade de Medianeira, no estado do Paraná onde o profissional assistente social já estava atuando na Educação Pública há quatro anos. Sob este viés, buscamos aprofundar no município de Matinhos o conhecimento a respeito desta inserção, sua dinâmica na escola, no enfrentamento de questões pertinentes a ela. No município de Matinhos não há ainda a inserção do Serviço Social.

Ao compreender que o assistente social, neste contexto, situa-se numa perspectiva crítica, se faz participante da transformação social, sendo um profissional que trabalha com as relações sociais e suas problemáticas, este artigo mostra de forma valorativa, a importância do trabalho do assistente social no âmbito educacional.

1. A pesquisa em Matinhos: conhecendo a realidade da escola

O município de Matinhos possui sete escolas municipais de nível fundamental, de primeiro ao quinto ano, onde estudam em média 2.608 crianças e trabalham 253 profissionais, dos quais 186 são professores, diretores ou coordenadores. Esta pesquisa abrangeu três escolas, onde estudam aproximadamente 1.604 crianças de 06 a 10 anos de idade e trabalham 145 profissionais, dos quais 108 são professores, diretores ou coordenadores.

Para tanto, este estudo teve início, com aplicação de um questionário aos professores, diretores e coordenadores das três escolas públicas do município de Matinhos.

Conforme Minayo (2003) entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ainda, conforme a autora, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial criativo do pesquisador.

Com objetivo de aprofundar conhecimento a respeito do contexto educacional no município de Matinhos, foi realizada uma pesquisa social, através de entrevista, para fundamentar com bases empíricas as concepções e a realidade vivenciada dos sujeitos envolvidos.

Em Serviço Social a pesquisa tem por objetivo defender (SETÚBAL, 2002, p.31) “[...] o conhecimento como um produto dialético que apreende, em um só momento, a forma de se expressar do Serviço Social num determinado espaço e tempo, bem como as *alternativas* viáveis de intervenção.” Ou seja, significa indagar a realidade observada, buscar um conhecimento que ultrapasse o entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamente e instrumentalize o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas. (GATTI, 2002).

Compreende-se necessário conhecer a dinâmica de trabalho dos profissionais da educação, para identificar as estratégias utilizadas pela escola enquanto enfrentamento das expressões da questão social presentes no cotidiano escolar.

Foi aplicado um questionário de entrevista aos professores das escolas municipais de Matinhos, todos os profissionais que responderam ao questionário da entrevista foram do sexo feminino, totalizando vinte e três questionários respondidos.

As pessoas entrevistadas são profissionais em sua maioria com idade entre 31 a 40 anos. Dentre estes todos - exceto um professor cuja escolaridade é o ensino médio - possuem curso superior, sendo nove pós-graduados, uma pessoa exerce a função de coordenador escolar, os demais exercem a função de professor em sala de aula.

Optamos por entrevistar somente os professores, coordenadores e diretores, para melhor apreender as problemáticas percebidas no cotidiano nas relações diretas entre professores e alunos em sala de aula bem como a dinâmica de trabalho dos professores com a direção e coordenação da escola.

O questionário pergunta inicialmente aos entrevistados se existem dificuldades enfrentadas em sala de aula e em caso afirmativo, quais seriam essas dificuldades. Todos afirmam que enfrentam dificuldades no cotidiano escolar.

Vimos que grande parte dos profissionais entrevistados citou a desatenção dos alunos como o maior problema que enfrentam em salas de aulas. Conflito foi citado sete vezes, desinteresse, cinco vezes. E, falta de compromisso dos pais, falta de respeito, dificuldade na aprendizagem e imaturidade duas vezes. Evasão, famílias desestruturadas, número de alunos por sala e violência foram citados apenas uma vez.

O questionamento seguinte considerou se as dificuldades cotidianas interferem na aprendizagem e de que forma. Doze profissionais responderam que as dificuldades percebidas no cotidiano escolar interferem na aprendizagem de forma coletiva e individual, sete afirmam que o mau comportamento do aluno na escola reflete conflitos vivenciados no âmbito familiar.

A respeito das parcerias existentes para auxiliar o enfrentamento das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, nove profissionais responderam que estas não existem ou não funcionam na prática, quatro citaram o Conselho Tutelar, três o Projeto Ser, três o PROMAD-Programa Matinhense Antidrogas e ainda um profissional respondeu sala de recursos e classe especial.

Pode-se considerar a única parceria existente até o momento sendo o Conselho Tutelar, já que o Projeto Ser, em parceria com o SESI-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, teve início há 04 meses e o PROMAD, ainda não iniciou. Com relação ao Conselho Tutelar, afirmaram que é acionado quando ocorre evasão escolar injustificada ou suspeita de maus tratos ou abuso infantil.

Ao indagar sobre parcerias que poderiam auxiliar a escola e que ainda não existem, oito profissionais responderam equipe multidisciplinar, com assistente social e psicólogo, quatro apontaram trabalhos direcionados à família e um apontou a parceria com profissionais da saúde como fonoaudiólogo, neurologista e dentista.

1. Discussão dos resultados:

A desatenção dos estudantes chamou a atenção, pela frequência com que foi apontada, pelo que consideramos sua análise como ponto de partida para buscar conhecimento que possa explicar sua ocorrência. A partir do momento em que se questiona e há uma busca de respostas, o resultado é a promoção de mudanças que

refletem na ação educativa, bem como refletem o compromisso do assistente social no âmbito escolar.

É importante perceber se a desatenção possui origem afetiva ou de outra ordem. O aluno pode possuir problemas de visão, audição, cognição, ou ainda o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH, que é um transtorno que afeta precocemente o portador em diversos aspectos de sua vida, inclusive no das relações sociais, segundo DINIZ NETO e SENA (2007), seus sintomas podem ser confundidos com indisciplina, entre os quais estão: dificuldades nas tarefas lúdicas e não ter atenção no que faz; deixar de prestar atenção em detalhes ou ter erros por descuidos; distrair-se e não escutar quando lhe dirigem palavra, ter dificuldades em seguir instruções e concluir deveres escolares, tarefas domésticas ou deveres profissionais, ter dificuldades para organizar tarefas e atividades, evitar tarefas que exijam esforço mental constante ou antipatizar com elas, como tarefas escolares, deveres de estudo ou do trabalho. (DINIZ NETO; SENA, 2007).

Percebemos então através das respostas que a escola observa a necessidade de incluir em seu quadro de funcionários, o assistente social, o qual além de contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência na escola, também irá realizar trabalhos direcionados à família dos educandos, e realizar diálogos e encaminhamentos aos profissionais de outras áreas de atuação como da saúde.

No caso, quando se fala de tarefas lúdicas diz respeito às atividades com brincadeiras, faz de conta, enfim, no sentido de desenvolver o conhecimento e a interatividade. Uma dificuldade quanto à desatenção de um aluno é facilmente perceptível pelos professores, o que poderia acarretar uma atenção especial, podendo ensejar a participação do assistente social como colaborador para reunir forças para investigar a origem desta dificuldade apresentada, se por fatores meramente patológicos ou afetivos, oriundos muitas das vezes das experiências do lar onde esta criança está vivendo.

A sociedade hoje é um reflexo de tudo o que aconteceu e vem acontecendo em nosso país, no âmbito do trabalho, educação, saúde, habitação, globalização, a era da evolução tecnocientífica, nos meios eletrônicos, tecnotrônica, biotecnologias, com a modernização da sociedade, onde tudo evolui rapidamente e reflete na vida familiar de toda sociedade.

Todos nós queremos acesso às benesses da modernidade, temos um estado democrático incluyente, porém temos uma economia capitalista excluyente. Isto se visualiza, ainda, em uma breve análise da nossa volta, onde vemos uma inversão de valores.

Vale ressaltar a importância da dinâmica de trabalho em sala de aula, fora da escola, existe muito estímulo visual, acesso a redes sociais, é necessário considerar se a prática pedagógica aplicada hoje acompanhou ou evoluiu tanto quanto a sociedade no que se refere à informatização e modernização de equipamentos. Neste sentido “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE, 1996, p.39).

As dificuldades de aprendizagem não se restringem à criança, devemos atentar para possíveis variáveis do cotidiano escolar, estas podem ser: modelo antigo x

novos alunos; condições físicas e uso de recursos (individualidade, cinco sentidos, explicações variadas, nº alunos, acomodações); formação e condições de trabalho do professor (salários, reconhecimento, aperfeiçoamento do professor); critérios de avaliação (sistema formal de provas, aprovação obrigatória). (HUBNER e MARINOTTI, 2004).

Não queremos aqui sacrificar os métodos utilizados pelos profissionais da educação ou atribuir-lhes a culpa pela falta de atenção dos alunos, mesmo porque a não utilização de equipamentos na educação básica muitas das vezes se dá pela falta de investimento do Estado e do não incentivo aos professores para realização de cursos de profissionalização e melhores possibilidades no ambiente escolar.

Podemos compreender que “no contrafluxo histórico das conquistas tecnológicas deste mundo que se globaliza a passos largos, a questão social se transmuta no mesmo ritmo e nível de complexidade, assim como as tentativas de seu enfrentamento” (AMARO, 1997, pg.13).

Consideramos necessário investigar para identificar a origem de comportamentos que frequentemente prejudicam a aprendizagem dos alunos, para poder intervir, mediar, realizar encaminhamentos ou apontar soluções.

E assim buscar a efetividade dos direitos desta criança, para que ela tenha não somente permanência, mas qualidade no ensino a ela ofertado. É necessário que a escola ofereça condições da criança se desenvolver e aprender.

Como estratégia de enfrentamento às dificuldades encontradas pelos profissionais do campo educacional no cotidiano escolar, a elaboração de aulas diferenciadas foi apontada dez vezes, seis vezes o diálogo com aluno e família, encaminhamentos ao Conselho Tutelar, coordenação pedagógica ou ao psicólogo cinco vezes, tolerância e um trabalho diferenciado com alunos que apresentam dificuldades foram apontados três vezes.

O que observamos é a escola sozinha na busca de alternativas, ao ofertar aulas diferenciadas, tenta resultados, objetiva modificar a realidade que hoje existe dentro das salas de aula. Busca através do diálogo, compreender seu aluno, sua família, e encontrar soluções.

Mas quais os limites da escola, que resultados ela vem obtendo, como instrumento de formação da cidadania, ao lidar com situações que muitas vezes foge ao seu controle? Eis aqui um problema social de difícil solução, porém as alternativas vão surgir do próprio sistema de ensino ou, melhor, da atribuição do assistente social a esta área importante das políticas sociais.

No esforço de enfrentar este conjunto de condições desfavoráveis que conduzem ao fracasso escolar, a escola tornou-se permeável à ação profissional de diferentes técnicos. (AMARO, 1997, p.29)

O assistente social na educação irá contribuir para a melhoria das condições de acesso e permanência na escola, intervindo de forma conjunta com professores demais profissionais da área educacional. O assistente social poderá contribuir, ainda, no diálogo entre os pais, professores e estudantes, tendo em vista a perceptível falta de interesse de alguns pais quanto a realidade da vida de seus filhos no âmbito escolar.

Igualmente, para dialogar com estes pais porque lhes falta uma consciência de sua importância no processo de formação de seus filhos, especialmente escolar.

2. A Educação como campo de socialização:

Conforme Parolin, (2005) a escola é uma instituição potencialmente socializadora, ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão assim como aprendam a respeitar outras verdades, outras culturas e outros tipos de autoridade, “Cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma cultura familiar própria, com seus códigos, com sua sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos.” (SZYMANSKI in CARVALHO org., 2002, p.25).

É na escola que a criança vai conviver com pessoas diferentes dela, não somente na aparência, mas também com diferentes costumes e hábitos, ela se encontra num ambiente totalmente novo, com regras diferenciadas das que habitualmente esta acostumada.

A escola oferece condições de educação muito diferentes das existentes na família. A criança passa a pertencer a uma coletividade, que é sua turma, sua classe, sua escola. É um crescimento em relação ao “eu” de casa, [...] A escola também tem atividades específicas conforme as idades das crianças, o que não acontece em casa, onde se vive conforme cada um pode e consegue dentro do que se chama vida familiar. (TIBA, 2002, p. 181-182).

O ingresso na vida escolar é marcado pela separação da criança por um período de tempo da sua convivência familiar e inserção em um novo convívio, e também por novas atividades cotidianas. Pode-se compreender que devido às transformações no mundo do trabalho, onde os pais precisam trabalhar e as crianças entram muito cedo para os centros de educação infantil, o ingresso ao ensino fundamental torna-se mais tranquilo, porém vale ressaltar que nem todas as crianças têm acesso ao centro de educação infantil ou por outros motivos ingressam na vida escolar no ensino fundamental que é obrigatório.

Considera-se de grande importância o aparato dos pais neste momento na vida dos filhos, e a parceria entre família e escola é fundamental para o sucesso escolar do aluno.

Como vemos em Machado In Oliveira org. (2008), de início afirma-se que a criança é um ser social, o que significa dizer que seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados, compreende-se que a interação social e o meio em que a criança esta inserida que se definirão o comportamento e a visão de mundo desta criança, ainda conforme a autora, a ação de conhecer se dá no movimento inter e intrapsicológico, no vaivém dialético entre os parceiros: na confirmação de objetivos comuns, no confronto de ideias, na busca de soluções, na competição, na cooperação.

3. Serviço Social e Educação: um encontro necessário

A sociedade civil passou por várias transformações no decorrer do tempo, concomitante, “o sistema educacional não esteve alheio ou simplesmente justaposto às transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais nossa sociedade passou.” (PINTO, 1986, p.55), cada governo representou transformações na sociedade e também na educação do país. Estas transformações determinaram mudanças estruturais cujos efeitos se manifestaram em todos os campos da vida humana, seja na área política, econômica, social ou cultural.

A educação, entendida como prática social, não pode deixar de incorporar os elementos dessas mudanças, passando a produzir efeitos no âmbito escolar, concomitante as transformações da sociedade. Importante mencionar que as transformações ocorridas na atualidade, especialmente quanto à evolução da sociedade moderna, seja com a evolução tecnocientífica, ensejam a busca do Estado na efetivação dos direitos sociais, que passa especialmente na área de educação como condição de possibilidade.

Conforme Almeida (2011), a trajetória da política educacional brasileira, revela uma dinâmica de lutas sociais travadas em diferentes estâncias, e pensar na inserção do assistente social no âmbito desta política social situa como importante desafio a necessidade de compreender a complexidade de suas instituições e os processos políticos que a particularizam.

[...] busca-se um espaço, apesar dos controles exercidos pelo poder, a fim de utilizar-se das próprias contradições deste sistema, questionando a ordem estabelecida. Só o esforço para que a informação correta, honesta, chegue ao estudante, através do esforço da educação para a conscientização, libertação e transformação no seio da escola capitalista pode desencadear o processo de sua superação. (PINTO, 1986, p. 79).

Neste sentido o CFESS - Conselho Federal de Serviço Social em parceria com os CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, tem trabalhado e discutido o trabalho do assistente social nesta política pública com intuito de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora, criando em 2001 um grupo de estudos sobre o serviço social na educação, em 2003 no 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS, apontou-se a necessidade do mapeamento das discussões sobre a inserção do assistente social na educação, desde então tal demanda, tem sido permanentemente trabalhada pelos CRESS e CFESS. Vejamos:

- Os discursos e as práticas de valorização de uma educação inclusiva e as consequentes demandas de articulação com as instituições e serviços assistenciais.
- O processo de descentralização da educação básica e a maior autonomia da esfera municipal no desenvolvimento de programas de ampliação do acesso e garantia de permanência na educação escolarizada.
- A ampliação e a interiorização da rede de Institutos de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia e as demandas por programas e ações de assistência estudantil.

- A expansão do setor privado de educação e a demanda por ações de assistência estudantil e de trabalho comunitário como forma de justificar a isenção de impostos.
- A aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil e a ampliação das formas de acesso à educação superior pública.
- A afirmação do direito à educação de largos contingentes populacionais que se encontravam fora da escola e o acionamento de diferentes instituições do poder judiciário e do executivo para assegurar e acompanhar as condições de acesso a esse direito.
- A organização de programas de qualificação e de conclusão da educação escolarizada de jovens com forte caráter compensatório.
- A expansão dual da rede de educação infantil (pública e comunitária) com recursos públicos e as requisições de gerenciamento da desproporcionalidade entre oferta e demanda de vagas.
- O aumento das ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais que atuam no campo educacional.
- A disseminação de programas e projetos sociais que articulam educação, esporte e cultura como forma de “exercício da cidadania” e ampliam as ações de cunho educativas em articulação como o tempo e espaço escolar. (CFESS, 2011).

Pode-se perceber uma grande visibilidade da profissão nesta área, com vistas a contribuir para que a escola pública em o papel de proporcionar condições básicas para que todas as pessoas se desenvolvam enquanto sujeitos de direitos, ao possibilitar uma educação que perceba o aluno enquanto sujeito histórico, garantindo um espaço de reconhecimento de cidadania.

A contribuição do assistente social, no âmbito educacional, conforme CFESS (2001) refere-se a: baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).

É importante salientar que o assistente social não pretende substituir nenhum outro profissional no âmbito educacional, mas irá trabalhar de forma conjunta com os profissionais da educação no enfrentamento dificuldades percebidas no âmbito educacional. O assistente social é o profissional que poderá ainda, trabalhar na elaboração de projetos direcionados aos educandos e a família, em programas de prevenção, proporcionar capacitações aos profissionais da área, favorecer a relação da família com a escola, sendo um profissional preparado, técnica-teórica e metodologicamente ao longo de sua formação acadêmica, para contribuir com ações, que viabilizem na educação uma prática de inclusão social, espaço de formação da cidadania e emancipação social, ainda como aponta Amaro (1997, pg.30) “Na escola, o assistente social é o profissional que se preocupa em promover o encontro da educação com a realidade social.”.

As escolas da rede pública têm urgência e necessidade em ter no seu quadro de funcionários o profissional do Serviço Social, pois além da possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais indicando possíveis alternativas à problemática vivida por muitas crianças e adolescentes, o assistente social também

poderá proporcionar o devido encaminhamento aos serviços sócio assistenciais, contribuindo assim para a efetivação da cidadania.

4. Intersetorialidade e Trabalho em Redes

No âmbito da política social pública entendemos a intersectorialidade como “(...) *instrumento* de otimização de saberes; *competências e relações sinérgicas*, em prol de um objetivo comum; e *prática social* compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para a realização de ações conjuntas”, (PEREIRA, 2011) pois conforme a autora, a relação entre “setores” implica em mudanças na gestão das políticas sociais públicas ao implicar na ampliação a democracia e cidadania. A intersectorialidade representa uma nova lógica de gestão, que transcende os setores sociais diversos e especializados. Sendo pautada pela perspectiva dialética, onde os sujeitos assumem papéis ativos ao identificar problemas e definir soluções.

Ao compreendermos que as políticas públicas em seus diversos setores contemplam o sujeito na sua totalidade, percebemos a necessidade de uma relação interligada entre os setores das políticas sociais a fim de compreender o sujeito na sua totalidade.

A autora aborda ainda, a ligação entre os setores das políticas sociais. Exemplifica a transferência de recursos da política da assistência social, para área de outras políticas, que também a contemplam, sendo sinal de que a política de assistência está presente nas demais, e as demais nela, apontando para a integração destes setores.

Neste sentido compreendemos que alguns vocábulos são atribuídos a intersectorialidade, como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade.

Não queremos aqui nos aprofundar no estudo ao significado de cada um destes vocábulos, mas enfatizar a integração entre os setores das políticas públicas sociais e a relação entre os profissionais destas políticas, apontando para uma compreensão da contribuição positiva entre os diversos atores das políticas sociais em prol do desenvolvimento coletivo dos sujeitos sociais.

Potyara A. P. Pereira, aponta a multidisciplinaridade e a pluridisciplinaridade como o estudo sobre diversos ângulos ou vários olhares a um mesmo objeto, porém, onde diferentes profissionais trabalham de forma isoladamente, não se interpenetram, existem diálogos paralelos, exemplifica como ao tratamento médico onde diversos especialistas tratam o paciente, cada um conforme sua especialidade sem interação entre eles, neste sentido considera a interdisciplinaridade como melhor interpretação para setorialidade.

Conforme Fazenda, (1979), entende-se a relação interdisciplinar como uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida diante do problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano. Para a autora, a interdisciplinaridade é uma relação em que todo o conhecimento é igualmente importante, considera ainda, a interação como condição de efetivação da interdisciplinaridade, pressupondo uma integração de conhecimentos visando novos

questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam sua formação em diferentes domínios do conhecimento (disciplinas) com seus métodos, conceitos, dados e termos próprios.

Consideramos que para o serviço social, “(...) a interação com outras áreas é particularmente primordial, (...) a interdisciplinaridade enriquece-o e flexiona-o no sentido de romper com a univocidade de discurso, de teoria para abrir-se a interlocução diferenciada com outros.” (On, 1995. Pg.157).

No campo educacional a interação do serviço social com os demais profissionais deste campo de atuação e de outros setores possibilitará a compreensão do sujeito em sua totalidade como também irá corroborar para efetivação de sua cidadania plena.

A partir da descentralização das políticas sociais, a sociedade civil, por meio de entidades representativas, compreendidas como órgãos de defesa da cidadania², ao fazer parte dos conselhos de direitos participa da elaboração das políticas sociais bem como fiscaliza a destinação dos recursos das políticas públicas sociais. Ocorre o crescimento de entidades e organizações com objetivo de gerar serviços de caráter público, com intuito de absorver serviços e demandas não supridas pelo estado, a estas entidades e organizações podemos nos referir como rede social.

Para Miotto (2002), “(...) a rede social é entendida como um conjunto específico de vínculos entre um conjunto específico de pessoas.”, assim tanto os setores das políticas sociais como as entidades e organizações que compõem o terceiro setor ainda, Ministério Público, as Secretarias de Justiça, os Conselhos Tutelares consideramos como rede social.

Miotto (2002), em seu artigo sobre o Trabalho com Redes, aponta para a divisão das redes sociais em primárias e secundárias, onde as redes primárias são formadas pelo conjunto de indivíduos que se relacionam a partir de laços afetivos, constituídas por parentes, amigos e vizinhos e que se transforma no decorrer da vida de acordo com a idade, circunstâncias e posição social, e as redes secundárias, se definem a partir de instituições e são formadas pelo conjunto de pessoas reunidas em torno de uma mesma função, dentro de um marco institucionalizado.

Na atualidade percebemos a importância e necessidade da interação entre os setores das políticas sociais e as redes sociais, “(...) como uma estratégia de intervenção capaz de atender às mais diversas demandas, cujo objetivo é buscar encontrar soluções para elas (...)” (MIOTTO, 2002), na busca da ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade.

No campo educacional o assistente social, na defesa intransigente dos direitos humanos, através da articulação com os demais setores das políticas sociais e

² Segundo o art. 210 do ECA, as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluem entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo estatuto são legitimamente competentes para propor ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos de crianças e adolescentes, concorrentemente com o Ministério Público e a União, os estados, os municípios, o Distrito Federal e os territórios.

redes sociais, busca novas parcerias, além de fortalecer a sinergia no processo de planejamento e execução de suas ações.

5. Considerações Finais

Partindo dos resultados obtidos e apresentados neste artigo, evidenciadas as expressões da questão social percebidos no âmbito educacional, consideramos a inserção do assistente social não somente neste campo de atuação, mas nesta política educacional de significativa importância.

Consideramos primordial esta parceria com intuito de contribuir com os profissionais que trabalham nesta área social, para uma educação de qualidade, inserção e permanência de qualidade dos sujeitos na escola.

Lembramos o que preconiza a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, onde vemos que a educação é um dos direitos fundamentais do ser humano, pressupondo um acompanhamento personalizado, com o fim de evitar a evasão escolar e a repetência nos primeiros anos de estudo.

Sendo o assistente social um profissional comprometido com a ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Tendo seu projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. (CFESS, 1993)

Observamos o trabalho realizado pelo CFESS, nas últimas duas décadas, em defesa de uma educação emancipadora. Compreendemos que, as transformações societárias ocorridas, em virtude do sistema capitalista de produção eminente neste país, implicam em expressões da questão social que afetam a vida do sujeito em todos os seus aspectos, e assim permeiam todas as políticas públicas sociais.

Evidenciamos assim, a importância da atuação do assistente social no âmbito educacional, com vistas à inclusão social e a efetivação da cidadania.

Temos a clareza da necessidade de novas formas de atuação frente às problemáticas evidenciadas na área da educação, que busquem o desenvolvimento saudável dos sujeitos emocional, intelectual e materialmente. Contribuindo para formação de cidadãos críticos, capazes de escolherem seus caminhos e o mais importante, que tenham a oportunidade de escolher uma profissão, sem que isto lhe seja imposto.

Trazemos ainda a importância da interação entre os atores das políticas públicas sociais e das redes sociais, para ampliação do atendimento aos sujeitos e maior possibilidade de enfrentamento das problemáticas.

Consideramos que, a presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de

diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial. (ALMEIDA In QUINTÃO, 2005).

Sendo o que colocamos esta parceria como necessária e de grande importância, ainda condizente no que tange aos princípios e considerações da Constituição Federal Brasileira e leis de proteção da criança e do adolescente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: André Quintão. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Edição: Cândida Canêdo - Projeto Gráfico e diagramação: Cristina Maia, Ilustrações: Mirella Spinelli. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, 2005.

_____. Ney Luiz Teixeira de. Apontamentos sobre a política da educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais. In: **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. CFESS, 2011.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

_____. **Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social GT de Educação. Brasília: 2011.

DINIZ NETO, O. ; SENA, S. da S. **Distraído e a 1000 por hora: guia para familiares, educadores e portadores de transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

HUBNER, M. M.& MARINOTTI, M. Crianças com dificuldades escolares. In: Silveiras, E. F. M. **Estudos de caso em psicologia clínica comportamental infantil**. Campinas: Papyrus, 2004.

MACHADO, Maria Lucia de A. Educação Infantil e Sócio-Interacionismo. In: OLIVEIRA, Zilda M. Ramos de (org). **Educação Infantil: muitos olhares**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **O Trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços.** Katálysis. Florianópolis, v.5, n.1, p.51-58, jan.-jun., 2002.

ON, Maria Lucia Rodrigues. O Serviço Social e a Perspectiva Interdisciplinar. In: **O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber.** São Paulo, Cortez: 1995.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem.** Curitiba: Positivo, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética.** Mimeo, 2011.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1986.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no serviço social: utopia e realidade.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

TIBA, Içami. **Quem ama educa.** São Paulo: Gente, 2002.